



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE – RO**

OFÍCIO Nº 280/GP/CMOPO/RO

EM 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Senhores Vereadores,



Pelo presente encaminho ao Plenário desta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 557 de 01 de Dezembro de 2011, que "Reconhece a Associação dos Produtores Rurais da linha 153 – ASPROR - 153, como de utilidade pública, para apreciação dos Nobres Pares.

No ensejo, renovo votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

**Gilvane Fernandes da Silva
Vereador – PTN
Presidente/CMOPO**

**AOS
EXMOS. SRS.
DD. VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL
NESTA**



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE – RO



Justificativa

O Vereador/Presidente Gilvane Fernandes da Silva apresenta ao Plenário desta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 557 de 01 de dezembro de 2011, que reconhece a Associação dos Produtores Rurais da linha 153 – ASPROR - 153, como de utilidade pública.

A referida Associação tem como finalidade prestar serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das atividades Agrosilvopastoril, defesa e preservação do ecossistema da região, proporcionar serviços de assistência técnica e introdução de novas tecnologias de produção, desenvolver projetos de capacitação profissional, educativos, recreativos e eventos culturais na comunidade e representar os associados junto aos órgãos públicos, instituições provadas, agentes financeiros, objetivando a defesa de seus interesses.

Diante do exposto é necessário que a referida Associação se torne de utilidade pública, para que possa receber recursos das esferas Municipal, Estadual e Federal.

Assim sendo, solicitamos os votos favoráveis dos Nobres Pares para aprovação do mesmo.

Palácio Lourival da Cruz Nascimento, em 01 de dezembro de 2011.

Gilvane Fernandes da Silva
Vereador – PTN
Presidente/CMOPO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE – RO



PROJETO DE LEI N.º 557

DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

“RECONHECE A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 153 – ASPROR - 153, COMO DE UTILIDADE PÚBLICA.”

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste – RO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da linha 153 – ASPROR - 153, entidade sem fins lucrativos, inscrita no C.N.P.J. 02.308.801/0001-44, com sede na Linha 153, Lt 15, Gb 09-A, no Município de Ouro Preto do Oeste-RO.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Gilvane Fernandes da Silva
Vereador – PTN
Presidente/CMOPO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE			
APROVADO			
1ª VOTAÇÃO			
Quorum: 08	Favor: 07	Contra: 0	
Sessão: Extraordinária	Horas: 18:50		
Em 05 de 12 de 2011			

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE			
APROVADO			
2ª VOTAÇÃO			
Quorum: 08	Favor: 07	Contra: 0	
Sessão: Extraordinária	Horas: 19:10		
Em 05 de 12 de 2011			



**ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES
RURAIS DA LINHA 153**

ASPROR 153

Sítio Alto alegre, 15 / Gleba 9ª / Linha 153
CNPJ:



1ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA
(ADEQUADO AO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO)

OURO PRETO DO OESTE - RO

27/03/2009

PRIMEIRA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 153 ASPROR - 153

Linha 153 / Km 12 / Gleba 09ª / Lote 15
CNPJ:



O ESTATUTO SOCIAL DA REFERIDA ASSOCIAÇÃO DORAVANTE TERÁ A SEGUINTE REDAÇÃO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, FINS, PRAZO DE DURAÇÃO, SEDE, ÁREA DE AÇÃO, FORO JURÍDICO E ANO SOCIAL.

Art. 1º - A Associação dos Produtores Rurais da Linha 153 também designada pela sigla **ASPROR-153**, fundada em 04 de outubro de 1997, é uma sociedade civil, sem fins econômicos, dotada de personalidade jurídica de direito privado que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e por este Estatuto.

- I-** A **ASPROR - 153** é instituída por prazo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil, compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro.
- II-** Sede administrativa no Sítio Alto Alegre, nº 15, localizado na Gleba 09A, Linha 153, Município de Ouro Preto do Oeste/RO.
- III-** Área de ação para admissão de associados abrangerá os municípios de Vale do Paraíso e Ouro Preto do Oeste, as linhas 153, 199, 200, 201, 202.
- IV-** Foro jurídico na comarca de Ouro Preto do Oeste/RO.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A **ASPROR-153**, que se manterá prioritariamente com recursos originários das contribuições, mensalidades ou anuidades dos associados, tem por objetivo fortalecer as atividades agrícolas e pecuárias, para fins de inclusão econômica e social dos Produtores Rurais associados, através dos seguintes serviços:

- I-** Promover serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das atividades agrosilvipastoril, defesa e preservação do ecossistema da região, através de ações de educação, preservação e defesa ambiental.
- II-** Aquisição dos insumos necessários para a produção, industrialização e comercialização dos produtos dos associados e seus dependentes.
- III-** Proporcionar serviços de assistência técnica e introdução de novas tecnologias de produção, de assistência médica, dentária, jurídica com recursos próprios ou através de parcerias com entidades públicas, privadas.
- IV-** Desenvolver projetos de capacitação profissional, educativos, recreativos e eventos culturais na comunidade, com recursos próprios ou por meio de parcerias com entidades públicas e privadas.
- V-** Representar os associados junto aos órgãos públicos, instituições privadas, agentes financeiros, objetivando a defesa de seus interesses.

Parágrafo único - A **ASPROR - 153** desenvolverá suas atividades sem discriminação político-partidária, religiosa, social, racial ou de gênero.



Art. 3º - A Associação terá um Regimento Interno, que aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 4º - A fim de cumprir seus objetivos, a ASPROR 153 poderá:

- I. Adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de prestação de serviço e outras.
- II. Firmar convênios e contratos com entidades públicas ou privadas.
- III. Filiar-se a outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder de decisão.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I

CATEGORIA, ADMISSÃO, DEMISSÃO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO

Art. 5º - São as seguintes categorias de associados:

- I. Fundadores os que assinaram a Ata de fundação;
- II. Efetivos os que associaram depois.

Art. 6º - A Associação ASPROR-153 é constituída por número ilimitado de associados e poderão ser associados todos os produtores e produtoras rurais maiores de 18 anos sem distinção de raça, política, religião ou classe social, desde que estejam de acordo com os objetivos desta entidade e mediante aprovação da Assembléia Geral.

& 1º - A admissão de associados se dará por meio de uma carta proposta apresentada por associados Efetivos ou Fundadores em pleno gozo de seus direitos, ao Conselho de Administração, que terá um prazo de 10 dias para análise.

& 2º - Após a análise e sendo a proposta aprovada o novo associado preencherá uma ficha cadastral e pagará uma taxa de serviço com valor aprovado em Assembléia Geral e assume os direitos e deveres deste Estatuto e das Deliberações tomadas.

Art. 7º - A demissão do associado se dará a seu pedido mediante carta dirigida à Diretoria, ou por deixar de atender aos requisitos estatutários de entrada e permanência na ASPROR-153.

Parágrafo único - A demissão do associado não isenta de suas obrigações financeiras, quando houver, devendo as mesmas serem quitadas no ato do seu desligamento.

Art. 8º - A suspensão só será aplicada pela Diretoria ao associado que infringir qualquer dispositivo legal ou estatutário, depois de ter sido notificado por escrito.

Art. 9º - A exclusão do associado se dará, quando o mesmo desrespeitar o estatuto social, as deliberações da Assembléia Geral, por incapacidade civil, morte da pessoa física ou por extinção da pessoa jurídica.

Parágrafo único - Existindo justa causa, o associado só será excluído da associação, depois de reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, julgado pela Assembléia Geral, convocada para este fim

DIREITOS E DEVERES



Art. 10º - São direitos do associado:

- I. Votar e ser votado para os cargos eletivos da **ASPROR-153** e nas deliberações da Assembléia Geral;
- II. Participar das reuniões, discutindo, dando sugestões e votando sobre os assuntos que fizerem parte da pauta, nos termos e nas condições previstas neste Estatuto;
- III. Utilizar os serviços oferecidos pela Associação;
- IV. Receber informações e verificar documentos referentes ao funcionamento da **ASPROR-153**;
- V. Propor a Diretoria quaisquer medidas que julgar de interesse da **ASPROR-153**;
- VI. Desligar da **ASPROR-153** quando for do seu interesse.
- VII. Propor admissão de novos associados.

Parágrafo único – O associado que mantiver relação empregatícia com a Associação perde o direito de votar e ser votado nas Assembléias, até que sejam votadas as contas do exercício correspondente ao emprego.

Art. 11º - São deveres do associado:

- I. Cumprir os compromissos firmados com a Associação e as decisões das Assembléias;
- II. Zelar pelo o bom nome e pelo patrimônio da Associação, evitando ações e situações que deponham contra o seu conceito e indenizá-lo de qualquer prejuízo material causado por si ou por seus dependentes e convidados;
- III. Exercer com dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou designados;
- IV. Manter conduta, pautada por elevados padrões éticos e moral;
- V. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, Regimento Interno, os regulamentos, as resoluções complementares e as deliberações dos Poderes Sociais.

Art. 12º - O associado não responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Diretoria da **ASPROR-153**, salvo as deliberadas e aprovadas em Assembléia Geral.

CAPÍTULO IV

DA MANUTENÇÃO



Art. 13º - Constituição receita da **ASPROR-153**:

- I. Recursos advindos dos associados;
- II. As mensalidades dos associados, taxas de serviços, doações e rendas eventuais;
- III. As subvenções concedidas.

Parágrafo Único - As taxas e serviços terão seus valores estipulados em Assembléia Geral e constará em tabela exposta na sede da **ASPROR-153**, assim como as contribuições mensais a serem pagas pelos associados.

Art. 14º - Constituição despesas da **ASPROR-153**:

- I. Os salários e gratificações a empregados e avulsos;
- II. Impostos, taxas necessárias à manutenção da Associação;
- III. Aquisição de material de consumo;

- IV. A conservação de bens móveis e imóveis da Associação;
- V. Os custos dos serviços, reuniões, encontros, palestras, lazer e capacitação;
- VI. Despesas extras.

CAPÍTULO V

PATRIMÔNIO

Art. 15º - O patrimônio da **ASPROR-153** será composto pelos bens móveis e imóveis adquiridos com recursos próprios ou doações e por meio de contrato de comodato, não podendo ser alienados, vendidos ou penhorados sem autorização da Assembléia Geral, e será usado para a manutenção das atividades da associação.

§ 1º - Todos os bens patrimoniais ficarão na responsabilidade do Conselho de Administração que por eles responderão civil e criminalmente

§ 2º - O Conselho de Administração emitirá normas de controle interno, visando identificar e resguardar os bens patrimoniais.

CAPÍTULO VI

GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 16º - A **ASPROR-153** terá a gestão de seus negócios exercida mediante decisões coletivas, por deliberação da Assembléia Geral, sendo administrado por um Conselho de Administração, composto por seis membros eleitos para um mandato de dois anos, entre os associados em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo permitida a reeleição de dois terços dos mesmos, ficando assim composto:

- I. **Presidente;**
- II. **Vice-Presidente;**
- III. **Secretário;**
- IV. **2º Secretário;**
- V. **Tesoureiro;**
- VI. **2º Tesoureiro.**

Art. 17º – **Compete ao Conselho de Administração:**

- I. Elaborar e submeter à aprovação da Assembléia e executar programa anual de atividades;
- II. Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual e conta de sua gestão até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano;
- III. Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da **ASPROR-153**;
- IV. Convocar a Assembléia Geral;
- V. Admitir, demitir funcionários e nomear diretores;
- VI. Adquirir, alienar bens patrimoniais, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- VII. Firmar convênios, acordos, protocolos relacionados com as atividades e serviços da **ASPROR-153**;
- VIII. Propor a fixação de anuidades e outras contribuições dos associados;
- IX. Criar comissões ou grupos de trabalho composto por associados.
- X. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, Regimento Interno, Resoluções Complementares e Deliberações da Assembléia Geral.

Art. 18º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente por convocação de seu Presidente, pelo Conselho Fiscal ou por solicitação de 2/3 dos associados.

§ 1º - O membro do Conselho de Administração que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas, ou a quatro alternadas, sem apresentar nenhuma justificativa será destituído da função.

§ 2º - Nenhum membro do Conselho de Administração será remunerado no exercício de sua função.

Art. 19º - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I. Representar a Associação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. Representar a Associação, assinando contratos, convênios e demais documentos administrativos, relativos ao funcionamento da entidade;
- III. Orientar, coordenar e supervisionar as atividades da Associação.
- IV. Assinar em conjunto com o tesoureiro cheques, abertura de contas, movimentação de contas bancárias, emissão de títulos e demais documentos financeiros;
- V. Convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;
- VI. Aplicar as penalidades previstas neste Estatuto e Regimento Interno;
- VII. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, Regimento Interno, Resoluções complementares e Deliberações.

Art. 20º - Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, podendo para tanto desempenhar todas as funções legais a ele atribuídas;
- II. Participar das reuniões do Conselho de Administração e/ou Assembléias;
- III. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, Regimento Interno, Resoluções complementares e Deliberações.

Art. 21º - Compete ao Secretário do Conselho de Administração:

- I. Participar e secretariar as reuniões do Conselho de Administração e/ou Assembléias;
- II. Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos;
- III. Manter organizado os arquivos, cadastro dos associados e demais documentos;
- IV. Manter em ordem os livros de atas e de presença das reuniões e/ou Assembléias;
- V. Confeccionar os editais de reuniões e/ou Assembléias convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, assim como qualquer correspondência da ASPROR-153;
- VI. Desempenhar outras funções que lhe forem conferidas pelo Presidente com aprovação da Diretoria e/ou Assembléias;
- VII. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, Regimento Interno, Resoluções complementares e Deliberações.

Art. 22º - Compete ao 2º Secretário do Conselho de Administração:

- I. Substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos;
- II. Prestar de modo geral sua colaboração ao primeiro Secretário.
- III. Participar das reuniões do Conselho de Administração e/ou Assembléias;



- IV. Desempenhar outras funções que lhe forem conferidas pelo Presidente com aprovação da Diretoria e/ou Assembléias;
- V. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, Regimento Interno, Resoluções complementares e Deliberações.

Art. 23º - Compete ao Tesoureiro do Conselho de Administração:

- I. Organizar e ter sob sua guarda e responsabilidade, devidamente atualizados, os documentos relativos à movimentação financeira da Associação;
- II. Assinar cheques e documentos financeiros, em conjunto com o Presidente tais como: emissão e endosso de cheques, títulos, abertura e movimentação de contas;
- III. Elaborar e executar os balancetes da associação;
- IV. Apresentar mensalmente balancete ao Conselho Fiscal;
- V. Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que for solicitado;
- VI. Controlar as contas bancárias.
- VII. Participar das reuniões do Conselho de administração e/ou Assembléias;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, Regimento Interno, Resoluções complementares e Deliberações.

Art. 24º - Compete ao 2º Tesoureiro do Conselho de Administração:

- I. Substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- II. Participar das reuniões do Conselho de administração e/ou Assembléias;
- III. Prestar de modo geral sua colaboração ao primeiro Tesoureiro;
- IV. Desempenhar outras funções que lhe forem conferidas pelo Presidente com aprovação da Diretoria e/ou Assembléias;
- V. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, Regimento Interno, Resoluções complementares e Deliberações.

Art. 25º - Em caso de vacância, o prazo para eleição de novos membros do Conselho de administração será de 30 dias.

SEÇÃO II DA FISCALIZAÇÃO

Art. 26º - A ASPROR-153 terá suas atividades fiscalizadas por um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de um ano, podendo ser renovado em apenas 1/3 de seus membros.

§ 1º - O Conselho Fiscal em sua primeira reunião ordinária elegerá, dentre os seus membros efetivos, o Presidente, o Relator e o Secretário.

§ 2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 3º - As reuniões do Conselho Fiscal podem ser convocadas por qualquer membro do Conselho, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral.

§ 4º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos pelos membros suplentes quando ocorrer impedimentos.

§ 5º - Nos casos de vacância, o prazo para eleição de novos membros será de 30 dias.

§ 6º - Os membros do Conselho Fiscal não terão qualquer tipo de remuneração.

Art. 27º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Fiscalizar os atos dos administradores, bem como a atuação dos associados, verificando o cumprimento dos deveres Estatutário, Regimento Interno e das Deliberações;
- II- Examinar o balancete mensal apresentado pelo Tesoureiro, prestações de contas e demais demonstrações financeiras promovendo a correção quando necessário e opinando a respeito;
- III- Aprovar as contas e orçamento anual da Associação;
- IV- Fornecer sempre que solicitado pelos associados informações sobre matéria de sua competência;
- V- Convocar Assembléia Geral Ordinária quando o Conselho de Administração retardar por mais de um ano essa convocação e Assembléia Geral Extraordinária sempre que ocorrer motivos graves e urgentes e o Conselho de Administração não o fizer;
- VI- Participar das Assembléias Gerais e quando convidados participar das reuniões do Conselho de administração;

Art. 28º - As atribuições e poderes conferidos ao Conselho Fiscal não podem ser outorgado a outro poder social da **ASPROR-153**.

CAPÍTULO VII

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 29º - As Assembléia Geral ordinárias ou extraordinárias são os órgãos deliberativos, supremo de decisão da Associação e, dentro da Lei e das disposições Estatutárias, decide sobre qualquer assunto de interesse. Suas decisões vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 dias.

§ 2º - O quorum para instalação da Assembléia Geral será em primeira convocação com a maioria absoluta do número de associados e em segunda convocação com um 1/3 do número de associados, com intervalo de trinta minutos entre uma e outra convocação.

§ 3º - As deliberações das Assembléias Gerais serão tomadas por aclamação, por votação nominal ou por escrutínio secreto.

Art. 30º - A Assembléia Geral Ordinária se realizará uma vez por ano (no mínimo) e deliberará sobre os seguintes assuntos:

- I. Plano de trabalho da Associação;
- II. Prestação de conta do Conselho de Administração;
- III. Eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Parágrafo único - As deliberações da Assembléia Geral Ordinária serão validadas por maioria simples dos votos presentes.

Art. 31º - A Assembléia Geral Extraordinária se realizará sempre que necessário, e deliberará sobre os assuntos:



- I. Reforma do Estatuto Social;
- II. Mudança de objetivo da Associação;
- III. Aprovar Regimento Interno;
- IV. Destituição de ocupantes de cargos e eleição de substitutos;
- V. Decidir sobre a conveniência de alienar, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VI. Dissolução da Associação;
- VII. Qualquer assunto de interesse, desde que citado no Edital de Convocação.

Parágrafo único - As deliberações da Assembléia Geral Extraordinária serão validadas por aprovação de 2/3 dos votos presentes.

Art. 32º - A Assembléia Geral Extraordinária poderá ser convocada:

- I. Pelo presidente do Conselho de Administração;
- II. Pelo Conselho Fiscal;
- III. Por requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

CAPÍTULO VIII

DAS ELEIÇÕES

Art. 33º - As eleições serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio de Edital, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização do pleito.

§ 1º - As eleições serão realizadas até o último dia útil do mês de dezembro em Assembléia Geral Ordinária.

§ 2º - O Edital a que se refere o **Art. 33º** deverá ser afixado na sede da Associação, em locais freqüentados pelos associados como também ser enviado cópias a todos os associados.

§ 3º - No Edital deverá constar obrigatoriamente:

- I. Prazo e local para inscrição das chapas.
- II. Data, horário e local de votação.

§ 4º - As inscrições das chapas serão encaminhadas ao Conselho de Administração pelos seus responsáveis até dois dias antes das eleições e será emitido um recibo de inscrição, em modelo próprio.

§ 5º - As chapas inscritas serão afixadas na sede da associação ou no local de realização da eleição para conhecimento de todos os associados.

Art. 34º - As eleições serão realizadas em Assembléia Geral Ordinária, por escrutínio secreto, em cédulas impressas única contendo todas as chapas inscritas.

Parágrafo único - Não será permitido voto por procuração.

Art. 35º - O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral composta de um Presidente, um Secretário e um Escrutinador, eleitos pela Assembléia no dia da eleição entre os associados não candidatos.

Art. 36º - A votação será feita por chapa para o Conselho de Administração e nominalmente para o Conselho Fiscal.

§ 1º - A identificação do associado será efetuada mediante a carteira de associado ou relação nominal fornecido pelo Conselho de Administração.

§ 2º - Caso haja empate nas eleições, serão efetuadas novas eleições no prazo de 10 dias, com a mesma mesa eleitoral.

Art. 37º - Conhecido o resultado da apuração da eleição, o Presidente da Comissão Eleitoral proclamará em voz alta, os nomes dos membros do Conselho de Administração e Fiscal eleitos e em seguida a posse dos mesmos e será lavrada a ata dos trabalhos de eleição e posse, que irá assinada pelos componentes da Comissão.

CAPÍTULO IX

DOS LIVROS

Art. 38º - A ASPROR 153 deverá ter os seguintes livros:

- I. Livro de matrícula dos associados;
- II. Livro de ata das reuniões de Diretoria e/ou Assembléia;
- III. Livro de ata de reuniões do Conselho Fiscal;
- IV. Livro de presença dos associados;
- V. Livros fiscais, contábeis obrigatórios.

CAPÍTULO X

DA DISSOLUÇÃO

Art. 39º - A ASPROR 153 poderá se dissolver de pleno direito quando assim decidirem seus associados, em Assembléia Geral Extraordinária, convocada para esse fim.

§ 1º - Em caso de dissolução da ASPROR 153, após, quitadas todas as dívidas e obrigações o patrimônio remanescente será doado a uma entidade congênere, a critério da Assembléia Geral;

§ 2º - Por deliberação dos associados, podem estes antes da destinação do patrimônio remanescente, referido no parágrafo primeiro do Art. 39º receber em restituição atualizado o respectivo valor, as contribuições e bens que tiverem prestado ao patrimônio da Associação desde que devidamente comprovados por meio de registro, notas fiscais e outros documentos.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em conformidade com a Lei, ouvida Assembléia Geral.

Art. 41º - O presente Estatuto poderá ser reformado em Assembléia Geral Extraordinária, convocada para esse fim em qualquer tempo por decisão de 2/3 dos associados presentes, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados.



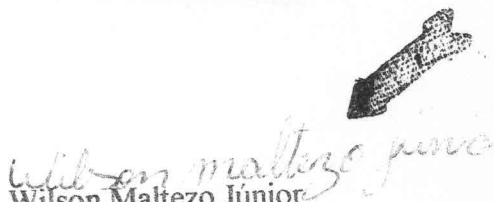
Handwritten signature or initials.

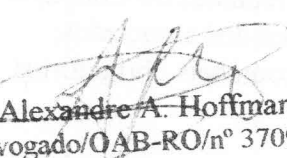
Art. 42º - O presente Estatuto em consonância com o Código Civil Brasileiro entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária da **ASPROR 153**.

Ouro Preto do Oeste – RO, 27 de Março de 2009



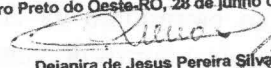
Alexandre A. Hoffmann
Presidente

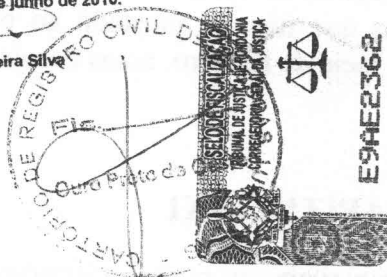

Wilson Maltezo Junior
Secretário


Dr. Alexandre A. Hoffmann
Advogado/OAB-RO/nº 3709

Dr. Alexandre A. Hoffmann
Advogado
OAB-RO / 3709

Registro de Pessoas Jurídicas
Fone: (69) 3461-2442 - Dejanira de Jesus P. Silva
PROTOCOLO Nº 10.379 - Data: 23/06/2010
REGISTRO Nº 344 - AVERBAÇÃO 07
LIVRO A-051 - FOLHA 297/301
Emolumentos: R\$56,48, Custas: R\$11,30, Selo: R\$0,65
Ouro Preto do Oeste-RO, 28 de junho de 2010.


Dejanira de Jesus Pereira Silva
Oficiala



E9AE2362



TABELIONAR RIBEIRO	
Rua Garibaldi, 158 - Bairro União - 76.920-000 Ouro Preto do Oeste - RO - Fone/fax (69) 3461-200	
Reconheço	por Semelhança por Verdadeira
A(s) firma(s) de <u>Wilson Maltezo Junior</u> <u>Alexandre Hoffmann</u>	
Ouro Preto do Oeste - RO <u>22 JUN 2010</u>	
Válido somente com selo de fiscalização	
Eliomar Ribeiro - Tabelião	

**Valor cobrado por cada
firma/autenticação: Emol.:
R\$ 1,35; Custas: R\$ 0,27; Selo:
R\$ 0,65. Total: R\$ 2,27.**



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.308.801/0001-44 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/10/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS PROD. RURAIS DA LINHA 153 DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASPROR - 153			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO LINHA 153	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LT. 15, GL. 9-A	
CEP 78.950-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO OURO PRETO DO OESTE	UF RO
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **30/11/2011** às **12:51:05** (data e hora de Brasília).

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 30/11/2011



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DOS PROD. RURAIS DA LINHA 153 DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE
CNPJ: 02.308.801/0001-44

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 12:54:24 do dia 30/11/2011 <hora e data de Brasília>.
Válida até 28/05/2012.

Código de controle da certidão: **B372.54C3.0C19.1D74**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Certidão Número: 20115302146991
Código de Controle: 302146991
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: 02308801000144
Nome ou Razão Social: Não inscrito na SEFIN/RO

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data NÃO CONSTAM débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa do Estado.

A pessoa física ou jurídica que não exerce atividade econômica sujeita à tributação pelo ICMS é dispensada de inscrição na Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, não sendo necessário o cadastro de seus dados pessoais.

Finalidade...: OBTENÇÃO DE FAVORES FISCAIS DE QUALQUER NATUREZA
Emitida em.: 30/11/2011 - 11:02:13
Validade....: 28/02/2012

Certidão emitida com base na Instrução Normativa nº 005/2005/GAB/CRE.

Imprimir

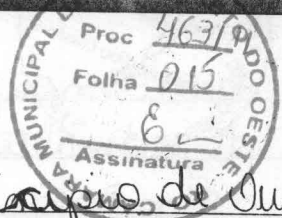
Fechar
Janela



Ata de eleição e posse do novo conselho de Administração e Fiscal da Associação dos produtores Rurais da linha 153-ASPROR-153, para o exercício dois mil e dez e dezoito dezoete dias do mês de setembro de dois mil e dez, com início os dezoete horas e trinta minutos, na barracão da comunidade São João Evangelista, localizada na gleba vinte e cinco lote três da linha duzentos, quilômetros treze, município do Vale do Paraíso estado de Rondônia, reuniram-se em Assembleia geral Ordinária, treze Associados rurais os nomes constam no livro de presença com a finalidade de eleger e dotar posse ao novo conselho de Administração e Fiscal da ASPROR-153 para o biênio dois mil e dez e dois mil e doze conforme Edital de convocação datado do dia vinte e oito de Agosto de dois mil e dez e divulgado com antecedência para o conhecimento de todos os associados. Concorreu nesta eleição a chapa única "O trabalho continua" inscrita e divulgada entre os associados assim apresentados; Presidente Alexandre Anderson Hoffmann, vice presidente Wilson Maltezo, secretário Wilson Maltezo Júnior, segundo secretário Carlos José de Araújo, tesoureiro Subdomar morado Torores, e segundo tesoureiro Dirceu Maltezo, no cumprimento de suas atribuições que lhe confere o artigo 57º do Estatuto social, o atual presidente o senhor Alexandre Anderson Hoffmann instalou-se a mesa eleitoral, eleita pela Assembleia composta pelos associados não candidatos com suas respectivas funções: Brenau Maltezo Presidente, Claudino Toneto secretário e José Martins Peimado - escrutinador. Funcionou com a mesa receptora de votos e Barracão de festa da comunidade São João Evangelista.



Encerrando os trabalhos o presidente da mesa eleitoral informou aos associados presentes os procedimentos do processo eleitoral e em seguida iniciou-se a votação. Em seguida a votação os dezeto horas e quinze minutos iniciou-se o processo de contagem dos votos, tendo todos os associados compareceram e votaram declarando o seu meio de voto simultaneamente e em unanimidade de a chapa "Trabalho contínuo" para gestão de dois mil e dez a dois mil e doze. Assim sendo a mesa eleitoral declarou eleito e empossado a chapa "Trabalho contínuo" composta dos seguintes membros e seus respectivos cargos para o conselho administração: Presidente - Alexandre Anderson Hoffmann, brasileiro, casado, natural de J. Poroná - RO, produtor rural, portador do cédulo de identidade RG nº 616.932.5782-00.) digo cadastro de pessoa física nº 616.932.482-00, e portador do cédulo de identidade RG nº 601.472.55P/RO/cadastro de pessoa física, residente e domiciliado no Rua Gonçalves Dias número três mil, setenta e quatro, Bairro do Bosque, Município de Ouro Preto do Oeste - RO, e vice presidente - Wilson Moliz, brasileiro, casado, natural de Coscovel - PR, produtor rural, portador do cédulo de identidade RG nº 105.171/55P/RO/cadastro de pessoa física nº 191.084.432-20, residente e domiciliado no sítio morabá número trinta, área global cinco A, linha cinco e cinquenta e três, Município de Ouro Preto do Oeste - RO, secretário - Wilson Junior, brasileiro, casado, natural de J. Poroná - RO, produtor rural, portador do cédulo de identidade RG nº 887.320.55P-RO, e cadastro de pessoa física nº 862.985.772-20, residente e domiciliado no sítio morabá número trinta, área global cinco A.



34

cento e cinquenta e três, município de Ouro Preto do Oeste - RO, segundo secretário - Carlos José de Araújo, Brasileiro, casado, natural de Ji-Paraná - RO, portador da cédula de Identidade RG nº 558.604 SSP/RO, e cadastro de pessoa física nº 587.818.112-68, residente e domiciliado no sítio número sessenta e sete, na gleba vinte e sete, linha duzentos e dois, município do Vale do Paraíso, tesoureiro - Sildemore moedo Tonares, brasileiro, casado, natural de Igarassu do Cyonolú - ES, portador da cédula de Identidade RG nº 111.2408 SSP/ES, cadastro de pessoa física nº 007.807.017-12, residente e domiciliado no sítio número vinte e dois, gleba nove A, da linha cento e cinquenta e três, município de Ouro Preto do Oeste, segundo tesoureiro - Dirceu maltezo, Brasileiro, casado, natural de Casca-vel - PR, portador da cédula de Identidade RG nº 152.603 SSP/PR e cadastro de pessoa física nº 190.971.152-72, residente e domiciliado no sítio número dois, gleba vinte e sete, da linha duzentos e um, município de Vale do Paraíso, em seguida foi eleito por aclamação pela Assembleia o conselho fiscal composto pelos seguintes membros titula- res Claudino Toneto, José Martins Reimoldo, moira do Carmo, Marjén Cezário, para suplentes Brimex maltezo, Jônas de Oliveira, Ironi de Miranda. Con- cluido o procedimento eleitoral e impressado os mo- vos eleitos e nada mais havendo a relatar, foi lavra- da a presente ata que vai por mim assinada claudi- no Toneto secretário e pelo presidente da mesa eleito- ral Brimex maltezo. *Claudino Toneto*

Em Tempo, registro que onde se lê: "Alexandre Anderson" brasileiro, casado, divorciado brasileiro, solteiro".





onde se lê o FLS 33. dezessete dias do mês de setembro de dois mil e dez, dezessete dias do mês de novembro de dois mil e dez. Considerando-se que a qualificação dos membros do conselho fiscal é o seguinte; titulares - Claudino Teneto, Brasileiro, casado, natural de São Mateus - ES, portador da Cédula de Identidade RG nº 103659558-RO, cadastro de pessoa física nº 084.993.732-91, residente e domiciliado no sítio número trinta e dois, gleba cinco A, do linha cento e cinquenta e três, município de Ouro Preto do Oeste - RO; José Martins Peimado, Brasileiro, casado, natural de Ouro Preto do Oeste - RO, portador da Cédula de Identidade RG nº 29356558-RO, cadastro de pessoa física nº 040.378.122-15, residente e domiciliado no sítio número vinte e nove, gleba cinco A, do linha cento e cinquenta e três, município de Ouro Preto do Oeste - RO; Maria do Carmo Magalhães e Cesário, Brasileiro, casado, natural de Maringá - PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 103728558-RO, e cadastro de pessoa física nº 203.444.302-00, residente e domiciliado no sítio número trinta e cinco, gleba cinco A, do linha cento e cinquenta e três, no município de Ouro Preto do Oeste - RO; suplentes; Grimaldo Matos, Brasileiro, casado, natural de Rolândia - PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 68509558-RO, cadastro de pessoa física nº 040.377.742-91, residente e domiciliado no sítio número dois, gleba vinte e sete, do linha duzentos e um, no município de Volto do Paraíso - RO; Jonas de Oliveira, (caso) Brasileiro, casado, natural de São Mateus - ES, portador da Cédula de Identidade RG nº 30443918558-RO, cadastro de pessoa física nº 395.361.308-04, residente e domiciliado no sítio número trinta e um, gleba



do sítio, da linha cento e cinquenta e três,
do Município de Ouro Preto do Oeste-RO; Irômi de
miranda Salterim, brasileiro, Viúva, natural de
Bourra de São Francisco - ES, Portador da cédula de
Identidade RS nº 102.044 SSP-RO, cadastro de pessoa
física nº 730.004.002-06, residente e domiciliado
no lote número trinta e quatro, gleba cinco A,
da linha cento e cinquenta e três, município
de Ouro Preto do Oeste-RO.

[Handwritten signature]

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE - RO

Nº. PROTOCOLO 10.913

LIV. A-2 PAG. 931073

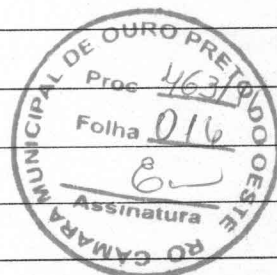
DATA 22.09.2011

H6. N. 8-344 LIVRO A-0513

DATA 11.10.2011

CUSTAS R\$ 11,98; R\$ 14,59; R\$ 14,59

[Handwritten signature]
Derly Carlos Pereira Silva Soares
Oficial Substituto





**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECEITA**

CERTIDÃO NEGATIVA Nº. 1935/2011

Certifico, a requerimento da parte interessada que **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 153**, inscrito sob o CNPJ/CPF **02.308.801/0001-44**, estabelecida neste Município, está quite com os **TRIBUTOS MUNICIPAIS** até o dia **14/10/2011**, inclusive. Ficam, todavia, ressalvados os Direitos da Fazenda Pública Municipal, de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados, de acordo com o Artigo 147 da Lei Complementar 010 de 28 de Dezembro de 2001.

Para constar, eu, **ULLIANE CALIXTO SULDINI** a presente **CERTIDÃO**, válida por 90 dias, e eu, Diretor (a) do Departamento de Receitas, a conferi e assino.

FINALIDADE: CONVENIOS

Ouro Preto do Oeste - RO, **14 de Outubro de 2011**



DIRETOR (a) DO DEPARTAMENTO

Maria José de O. Santos
Port. 8235 de 21/12/08
Diretora do Dep. de Receitas



ULLIANE CALIXTO SULDINI

Eletrobras
Distribuição Rondônia

A TARIFA SOCIAL DE
ENERGIA ELÉTRICA
TSEF FOR ORADA
PELA LEI Nº 10.438/2002

PARA CONTATO COM A EMPRESA INFORME
ESTE NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
(CÓDIGO ÚNICO)

CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON.
AV. IMIGRANTES, 4137 - INDUSTRIAL - PORTO VELHO - RO - CEP: 76.821-063
CNPJ: 05.914.650/0001-66 INSC. EST. 00000000255637

0208553-4

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - MODELO 6 B1 0448592

DENIL CESARIO

LH 153 S/N KM 12 ZONA RURAL

OURO PRETO DOESTE - CEP: 76.920-000

MATRICULA: 0208553-08-2011-0

CONTA: 072-018-45-07-000920

Mês faturado	08/2011	Classificação	RURAL	04-01-02-0000000
Apresentação	24/08/2011	Ligação	BIFASICA	
Leitura atual	10169 24/08/11	Medidor kWh	BCG05721688	
Leitura anterior	10039 20/07/11	Constante	1,000	
Dias de consumo	35	Média trimestral kWh	148	
Resíduo kWh		Consumo medido em kWh	130	
Próxima leitura	20/09/2011			

CNPJ / CPF:

IE / RG:

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS / ANO	CONSUMO	MÊS / ANO	CONSUMO	MÊS / ANO	CONSUMO	MÊS / ANO	CONSUMO
JUL/11	151	MAI/11	160	MAR/11	173	JAN/11	175
JUN/11	58	ABR/11	83	FEV/11	168	DEZ/10	181

TARIFA FAIXA CONSUMO 130 kWh a R\$ 0,278905 = 36,25

PIS 0,64311% (R\$) = 0,23
COFINS 2,93573% (R\$) = 1,06

Composicao da Tarifa - Resolucao ANEEL 166/05 (R\$):

Distribuicao = 10,02 Energia = 14,94

Transmissao = 1,01 Encargos = 2,83

Tributos = 7,45

NAO VIOLAE O LACRE DO MEDIDOR. VOCE E RESPONSÁVEL POR ELE.)

LIGUE 0800 647 0120 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28

RESERVADO AO FISCO: F4A0.A553.6EDB.FFEE.A367.COE8.027C.8E68

TARIFA: Reajuste medio 10,60% - Res. ANEEL 1089, de 23/11/2010.

INDICADORES DE CONTINUIDADE		Vencimento	Total a Pagar R\$
		02/09/2011	36,25
CONJ. ELÉTRICO:	OURO PRETO DOEST		
DATA DE REF:	06/2011	Base do cálculo:	36,25 Aliquota: 17,00 %
		ICMS sobre valor da subvenção:	
		ICMS incluído no valor da tarifa:	6,16
		Valor total do ICMS:	6,16
META	DIC: 16,32 FIC: 10,42 DMIC: 8,76		
APURADO	0,00 0,00 0,00		

Eletrobras
Distribuição Rondônia

B1 0448592

IDENTIFICAÇÃO

0208553-4

TOTAL A PAGAR - R\$

36,25

CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON.
AV. IMIGRANTES, 4137 - INDUSTRIAL - PORTO VELHO - RO
CNPJ: 05.914.650/0001-66
INSC. EST. 00000000255637

Mês faturado

08/2011

Vencimento

02/09/2011

8368000000 9 36250020000 5 00000000208 9 55340811008 6



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO INGRACIA DA COSTA FRANCISCO




Wilson Maltezo Junior

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000887320

DATA DE EXPEDIÇÃO 23/07/2003

NOME WILSON MALTEZO JÚNIOR

FILIAÇÃO WILSON MALTEZO

MARTIA DA PENHA LOPES MALTEZO

NATURALIDADE PR. PARANÁ-RO

DOC. ORIGEM Cert. Nascimento Nº 14559 Livro A-21 Folha 126 Dt Exp 06/11/1985

CPF 011.116.291-93

Assinatura: *Rosemari da Silva Santos*

PIS/PASEP



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição 862.985.772-20

Nome WILSON MALTEZO JÚNIOR

Data de nascimento 27/10/1985



Cartão de uso pessoal e intransferível

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão 16/01/2003

BANCO DO BRASIL

(CARTÃO DE IDENTIDADE)

Dirceu Maltezo
ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
REGISTRO GERAL 152.603

NOME **DIRCEU MALTEZO.**
FILIAÇÃO **José Agapito Maltezo.**
Luiza Maltezo.
Cascavel - PR - 11/02/ 1.961
NATURALIDADE
DATA DO NASCIMENTO
PORTO FUGIO, RS
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO CPF
190971152-72

NOME DO CONTRIBUINTE
DIRCEU MALTEZO

VÁLIDO ATÉ 180 DIAS A CONTAR DA DATA DO CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR
28.04.83

NASCIMENTO
11.02.61

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE
Dirceu Maltezo

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS
PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

399/0529-5
3/10/82

BANCO CAMERINDUS DO BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA
24014/0905

APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRP 130/80

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPTC/DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Sildomar Macêdo Tavares
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.112.408-ES. DATA DE EXPEDIÇÃO 13.09.1990.

NOME SILDOMAR MACÊDO TAVARES

FILIAÇÃO Derli Picango Tavares
Maria Macêdo Tavares

Espírito Santo 27.07.1970.
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM Cert. Nasc. nº 12.304-Fls. Vº-75-L.A-22-Exp. p/CRC de S.M.S. Ferraz-V. do Km 14 do Mutum-Município de Baixo Guandu-ES-Em: 01.09.1984.

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cartão de Posseção Final
Número de inscrição

007.807.017-12


SILDOMAR MACÊDO TAVARES

Nascimento



Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão

 **BANCO DO BRASIL**

CEDEULA DE IDENTIDADE



QUERO FOTOGRAFIA

Wilson Maltezo

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL

105171

NOME **WILSON MALTEZO**

FILIAÇÃO **José Agapito Maltezo**

Luiza Maltezo

Cascavel-PR

NATURALIDADE

09/10/1957

DATA DO NASCIMENTO

PORTO VIENNA 07 Junho 1976

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CADEASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NUMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

191324432 20

NOME DO CONTRIBUÍ

WILSON MALTEZO

VALIDO ATÉ 180 DIAS A CONTAR DA DATA DO CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

NASCIMENTO

09.10.57

ASSINATURA DO CONTRIBUÍ

Wilson Maltezo

VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

IMPRESSO EM LITOGRAFIA - RUA AMARAL, 50 - PABLO DE AGG - 042-001-0012-00 - RTO DECLARATÓRIO PROC. N. 034

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADEASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTARIA PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

09/10/57

APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF 195/60

DEF. 0.004

RO CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Proc 46319
Folha 023
Assinatura

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

ALEXANDRE ANDERSON HOFFMANN

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
601472 / SSP RO

CPF 616.932.782-00 DATA NASCIMENTO 25/02/1978

FILIAÇÃO
IVO PEDRO HOFFMANN
FRANCISCA MALTEZO HOFFMANN

PERMISSAO ACC CAT. HAB. AC

Nº REGISTRO 01828083030 VALIDADE 28/04/2016 1ª HABILITACAO 18/06/1996

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL OURO PRETO DO OESTE, RO DATA EMISSAO 06/05/2011

26168658153
RO701178336

Alfredo Pedro Guigares
Diretor Geral do Detran - RO

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN - RO (RONDONIA)

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
405707170

PROIBIDO PLASTIFICAR
405707170



CERTIDAO IDONEIDADE

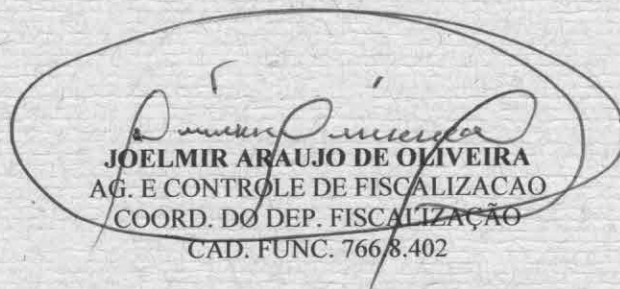
N.719-2011

Certificamos para os devidos fins de comprovação que a entidade filantrópica abaixo citada, sob a razão social : **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE**, tendo como fantasia **ASPROR**, na atividade principal de **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E DIREITOS SOCIAIS**, sob a CNPJ 02.308.8010001-44 localizada na linha 153, , Gl 9- A e lote 15.

Nada consta nos registros deste setor regulador que venha desabonar tal conduta. Portanto certificamos que a referida entidade sem fins lucrativas e uma entidade idônea.

Esta Certidão tem a validade de 90(noventa)dias, a contar da data de emissão.

Ouro Preto do Oeste/RO, Em 30 de novembro de 2011.



JOELMIR ARAUJO DE OLIVEIRA
AG. E CONTROLE DE FISCALIZAÇÃO
COORD. DO DEP. FISCALIZAÇÃO
CAD. FUNC. 7668.402



A SLAP,

Segue o presente processo autuado nesta Diretoria através dos documentos em anexo para providências necessárias.

Em 05 / 12 / 2011.


Eva Moreno Cabral
Diretora de Protocolo, Arquivo Geral e Publicação
Port. 046/GP/CMOPO/RO

ao Plenário,
Segue Processo para
conhecimento do nobre
e des.

Em: 01
12
2011

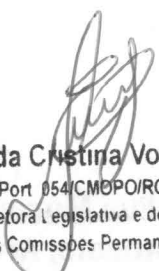




A. dep.

Segue Processo para posterior
envio a Comissão Jurada

Em: 05/12/2011


Elida Cristina Voedelo
Port. 054/CMOPO/RO/09
Diretora Legislativa e de Apoio
às Comissões Permanentes

Em Comissão Jurada,
Segue Processo para
Parecer Técnico Jurado

Em: 05/12/2011





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
ASSESSORIA JURÍDICA

Rua Gonçalves Dias nº 4236 Bairro União, CEP 76.920-000 Fone 069 3461 2291 Fax: 069 3461 1090



Projeto de Lei Nº 557

De 01 de dezembro de 2011

**“Reconhece a Associação dos Produtores
Rurais da Linha 153 – ASPROR-153,
como de utilidade pública.”**

Parecer Técnico-Jurídico Nº 205 / A.J / CMOPO / RO

O Projeto de Lei ora em análise, de autoria do Vereador Gilvane Fernandes da Silva, trata-se de reconhecer como de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Linha 153 – ASPROR-153.

O Projeto é Constitucional à luz do Art. 30 inciso I da Carta Magna Federal, que assim é expresso:

“Art. 30 – Confere aos Municípios:

I – Legislar sobre assunto de interesse local”.

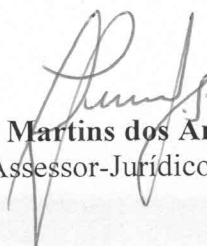
Fora anexada a documentação exigida pelas Leis: 1.090/90, alterada pela Lei 1.452/09.

Estando em ordem o Projeto, o mesmo deve ser encaminhado à **Comissão de Justiça e Redação** para parecer.

Trata-se de Projeto, que será aprovado com o voto da maioria simples dos membros da Câmara.

É nosso parecer.

Sala da Assessoria, em 05 de dezembro de 2011.


José Martins dos Anjos
Assessor-Jurídico

À
SLAP

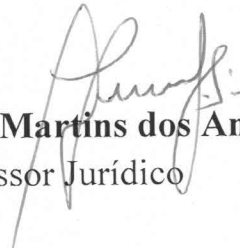


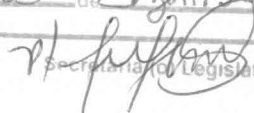
Segue Projeto de Lei Nº 557/11 de 01 de dezembro de 2011 que:

“Reconhece a Associação dos Produtores Rurais da Linha 153 – ASPROR-153, como de utilidade pública”.

Para ser analisada pela **Comissão de Justiça e Redação**.

Sala da Assessoria, em 05 de dezembro de 2011.


Jose Martins dos Anjos
Assessor Jurídico


Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste - RO
SEC. LEGIS. DE APOIO PARLAMENTAR
Comissão Permanente de Justiça
e Redação
Para Parecer dentro do prazo Regimento
Em 05 de dezembro de 2011

Secretaria da Legislativa (o)



Ao Vereador Milton Custódio Bragança,
Relator da Comissão Permanente de Justiça e Redação,

Segue processo para as providências necessárias, em conformidade com
o art. 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Em: 05 de Dezembro de 2011.


Almir Barbosa
Vereador - PT
Presidente da C.P.J.R.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE – RO
SALA DAS COMISSÕES



COMISSÃO PERMANENTE	
JUSTIÇA E REDAÇÃO	
ASSUNTO	“RECONHECE A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 153 – ASPROR - 153, COMO DE UTILIDADE PÚBLICA.
INTERESSADO	CÂMARA MUNICIPAL
PROJETO DE LEI	557
DATA DE ELABORAÇÃO	01 DE DEZEMBRO DE 2011

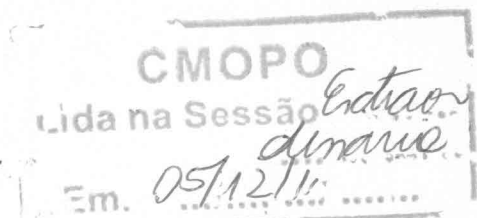
PARECER E VOTO DO RELATOR

Milton Custódio Bragança, Relator da Comissão Permanente de Justiça e Redação, atendendo o que determina o art. 43, do Regimento Interno desta Casa de Leis, em detida análise ao Projeto de Lei nº. 557/11, concluiu pela *Constitucionalidade e viabilidade* do mesmo, considerando que a referida associação é sem fins lucrativos, e, tem como finalidade prestar serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das atividades Agrosilvopastoril, defesa e preservação do ecossistema da região, através de ações de educação, preservação e defesa ambiental.

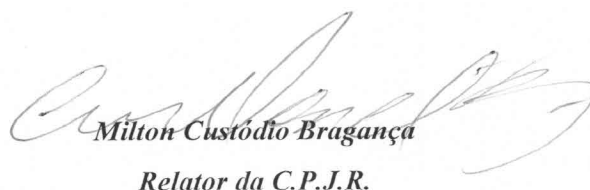
Proporcionar serviços de assistência técnica e introdução de novas tecnologias de produção, de assistência médica, dentária, jurídica com recursos próprios ou através de parcerias com entidades públicas, privadas.

Diante do exposto, sou de Parecer pelo prosseguimento de sua tramitação para análise dos demais membros da Comissão Unificada.

É meu Parecer.



Sala das Comissões, em 05 de Dezembro de 2011.

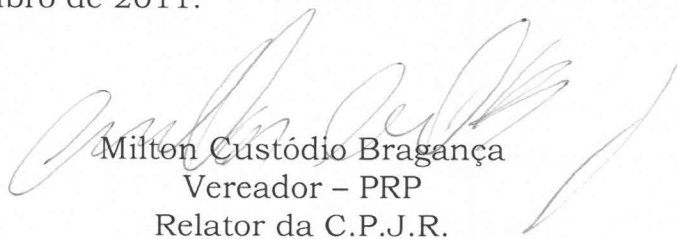

Milton Custódio Bragança
Relator da C.P.J.R.



Ao Vereador Almir Barbosa,
Presidente da Comissão Permanente de Justiça e Redação,

Considerando o que determina o art. 46 do Regimento Interno, segue processo com parecer e voto do Relator sobre a constitucionalidade da proposição, para deliberação dos demais membros da referida Comissão.

Em: 05 de Dezembro de 2011.


Milton Custódio Bragança
Vereador - PRP
Relator da C.P.J.R.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE – RO
SALA DAS COMISSÕES



COMISSÃO PERMANENTE	
JUSTIÇA E REDAÇÃO	

ASSUNTO	“RECONHECE A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 153 – ASPROR - 153, COMO DE UTILIDADE PÚBLICA.
INTERESSADO	CÂMARA MUNICIPAL
PROJETO DE LEI	557
DATA DE ELABORAÇÃO	01 DE DEZEMBRO DE 2011

1. DA MATÉRIA

Reconhecer de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da linha 153 – ASPROR - 153.

2. PARECER Nº. 020/11

A Comissão Permanente de Justiça e Redação em análise ao Projeto de Lei acima citado e, de acordo com o artigo 46, §3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, em consonância com o Voto do Relator, conclui pela **Constitucionalidade e Viabilidade** do mesmo, considerando que a referida associação é sem fins lucrativos, e tem como finalidade prestar serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das atividades Agrosilvopastoril, defesa e preservação do ecossistema da região, através de ações de educação, preservação e defesa ambiental.


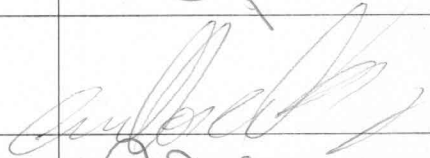

Estando a mesma dentro de todos os requisitos exigidos pela Lei Municipal 1090 de 30 de maio de 2005, com suas alterações posteriores, somos de Parecer favorável a sua aprovação, estando apto a ser deliberado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões

Ouro Preto do Oeste – RO

Em 05 de Dezembro de 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE		
APROVADO		
VOTAÇÃO ÚNICA		
Quorum <u>08</u>	Favor <u>07</u>	Contra <u>02</u>
Sessão <u>Extraordin.</u>		Horas <u>18:50</u>
Em <u>05</u> de <u>12</u> de <u>11</u>		

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO	
ALMIR BARBOSA Vereador - PT Presidente	
MILTON CUSTÓDIO BRAGANÇA Vereador PRP Relator	
ROSÁRIA HELENA DE OLIVEIRA LIMA Vereador – PRB Membro	



A Secretaria Legislativa e de Apoio Parlamentar,

Segue processo com Parecer nº 020/2011 da Comissão Permanente de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 557 de 01 de Dezembro de 2011, para ser deliberado em Plenário.

Em: 05 de Dezembro de 2011.

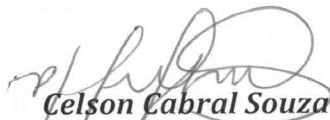


Almir Barbosa
Vereador – PT
Presidente da C.P.J.R.

Ao Plenário:

Segue processo com Parecer nº 20/11, da Comissão Permanente de Justiça e Redação para votação única e Projeto de Lei nº 557/11, para 1ª votação.

Em: 05 / 12 / 11



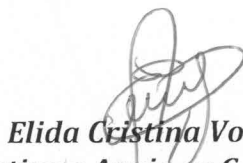
Celso Cabral Souza
Secretario Legislativo e Apoio Parlamentar
Portaria nº 011/CMOPO/RO/11



A Secretaria Legislativa e de Apoio Parlamentar.

Segue Processo com Projeto de Lei nº 557/11 para aguardar a próxima ordem do dia.

Em: 05 / 12 / 11



Elida Cristina Voedelo
Diretoria Legislativa e Apoio as Comissões Permanentes

Ao Plenário:

Segue Processo com Projeto de Lei nº 557/11 para 2ª votação.

Em 05 / 12 / 11.

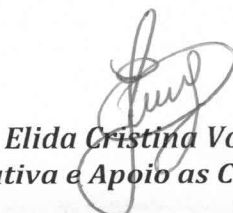


Celso Cabral Souza
Secretario Legislativo e Apoio Parlamentar
Portaria nº 011/CMOPO/RO/11

A Secretaria Legislativa e de Apoio Parlamentar.

Segue o presente processo com Projeto de Lei para enviar ao Executivo Municipal, atendendo o que determina o art. 42 da Lei Orgânica Municipal.

Em: 06 / 12 / 11



Elida Cristina Voedelo
Diretoria Legislativa e Apoio as Comissões Permanentes



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



OFÍCIO Nº 284/GP/CMOPO/RO

Ouro Preto do Oeste, 08 de Dezembro de 2011.

Ao Exmo. Senhor
Juan Alex Testoni
DD. Prefeito Municipal
76920-000 – Ouro Preto do Oeste - RO

Recebi a 1ª Via

14 / 12 / 11
Gabinete do Prefeito
[Handwritten signature]

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei nº 557/11.

Senhor Prefeito,

1. Encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº. 557 de 01 de dezembro de 2011, de autoria do Vereador/Presidente Gilvane Fernandes da Silva, que **“RECONHECE A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 153 – ASPROR – 153, COMO DE UTILIDADE PÚBLICA”**, aprovado por unanimidade na Sessão Extraordinária realizada em 05/12/11, para sancionar Lei, atendendo o que determina o art. 42 da Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente,


[Handwritten signature]
GILVANE FERNANDES DA SILVA
Vereador – PTN
Presidente da Câmara Municipal



A Assessoria Jurídica,

Segue processo nº 463/11 com Projeto de Lei nº. 557/11 contendo 034 (trinta e quatro) folhas devidamente numeradas para aguardar a sanção da Lei para conferência.

Em: 14 de Dezembro de 2011.


Celson Cabral Souza
Secretario Legislativo e Apoio Parlamentar
Portaria nº 011/CMOPO/RO/11